

Sepúlveda apela ao STF contra salário de 'marajás'

BRASÍLIA — Após reunir-se ontem em seu gabinete com o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães; com os Ministros da Justiça, Paulo Brossard; e da Administração, Aluizio Alves; e com o Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, o Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence anunciou que entra hoje com representação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), arguindo a inconstitucionalidade das Leis do Estado de Alagoas que beneficiam os chamados "marajás".

Pertence vai tentar sustar o pagamento desses funcionários, que chegam a ganhar Cz\$ 370 mil mensais, através de medida cautelar. O Procurador-Geral da República vai alegar "prejuízos irreparáveis pa-

ra os cofres públicos do Estado".

Ulysses considera que a representação do Ministério Público tem procedência e garantiu que a futura Constituição não deverá admitir desmandos e irregularidades como estas.

Para ele, é estarrecedor que em um País com tantos problemas, funcionários do Governo estejam recebendo salários desse nível, pagos pelo povo.

Sepúlveda Pertence já entrou com representação uma vez junto ao Supremo Tribunal Federal sobre o mesmo assunto e conseguiu que o órgão federal sustasse o pagamento dos "marajás", mas estes, através de legislação ordinária e emendas à Constituição do Estado, conseguiram que o pagamento fosse efetuado.

A representação visa derubar as novas leis.